CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 12/03/2022 - 05:56

Combustível da discórdia

COMBUSTÍVEIS

Bolsonaro empurra culpa por reajustes

Após responsabilizar PT, STF, governadores e até a guerra, chefe do Executivo mira o presidente da Petrobras e quer a demissão do general

» RAPHAEL FELICE
» TAÍSA MEDEIROS

Com a disparada no preço dos combustíveis, que pode ameaçar seus planos de reeleição, o presidente Jair Bolsonaro (PL) tenta se eximir de culpa e busca empurrar a responsabilidade pela carestia para outros atores. Depois de acusar o PT, o Supremo Tribunal Federal (STF), governadores e até a guerra no Leste Europeu, o chefe do Executivo volta a artilharia, agora, para o presidente da Petrobras, o general Joaquim Silva e Luna.

Na quinta-feira, a estatal anunciou aumento de 18,7% na gasolina; de 24,9%, no diesel; e de 16% do gás de cozinha nas refinarias. Os reajustes irritaram Bolsonaro, que teria avaliado, inclusive, a possibilidade de demitir Silva e Luna. A intenção, segundo informações de bastidores, foi discutida pelo presidente com aliados do governo.

No mês que vem, o presidente da Petrobras completará um ano no comando da empresa e vai receber bônus de R$ 1,4 milhão. Ele já avisou que não pretende pedir demissão.

Um trunfo do Palácio do Planalto pode ser a eleição do novo Conselho de Administração da Petrobras, em abril. O preferido do governo para comandar o colegiado — que tem a prerrogativa de demitir e contratar executivos para a estatal — é o presidente do Flamengo, Rodolfo Landim.

O dirigente do clube rubro-negro foi servidor de carreira da Petrobras por 26 anos. A expectativa do Planalto é usar a experiência dele para encontrar atalhos e ferramentas capazes de fazer a Petrobras segurar a alta da gasolina e do diesel e, como consequência, evitar mais desgaste a Bolsonaro.

"A gente precisa lembrar que nós temos uma grande produção de petróleo no Brasil. O fato de os preços internacionais subirem não aumenta o nosso custo de produção interno, então, obviamente, precisamos de alguém que tenha capacidade de enxergar o conjunto da obra. Esperamos que ele (Landim) possa contribuir", defendeu o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR).

Segundo o parlamentar, o governo busca alternativas para mitigar a escalada de preços e diminuir o impacto na sociedade. Ele mencionou o projeto de lei complementar (PLO), aprovado pelo Congresso, na quinta-feira, que altera a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis (**leia Saiba mais**). A proposta só depende da sanção presidencial para entrar em vigor. "Existem muitas outras ações em discussão no governo, mas sem consenso", frisou.

Na quinta-feira, Bolsonaro culpou o PT pela carestia. "As duas refinarias que o PT ia fazer no Nordeste, mais uma aqui no Sudeste, não fez. Uma roubalheira terrível", sustentou. "Se, lá atrás, o PT tivesse feito o seu trabalho, não estaríamos em uma situação tão complicada."

Bolsonaro também acusou o STF por não julgar uma ação, apresentada pelo governo, que obrigaria o Congresso a votar as mudanças no ICMS.

Na avaliação do deputado Glauber Braga (PSol-RJ), Bolsonaro é garantidor da política da Petrobras que atrela o preço do petróleo ao praticado no mercado internacional. "Ele faz uma fala aqui outra ali, mas quem garante a manutenção dessa política é ele", afirmou.

EVARISTO SA / AFP)

Bolsonaro agradeceu ao Congresso por aprovar a proposta que altera a cobrança do ICMS: "Logo mais, estarei sancionando esse projeto"

Saiba mais

Regras para os estados

O PLP aprovado pelo Congresso determina que o ICMS, principal fonte de arrecadação dos estados, deverá ser cobrado sobre o litro do combustível, e não mais sobre o preço final do produto. Além disso, o modelo de cobrança deverá ser monofásico, em apenas uma etapa da comercialização, e não em toda a cadeia até o posto de gasolina. Os entes federativos ainda terão de adotar uma alíquota única do ICMS para os combustíveis, mas esse novo modelo dependerá de aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), dos quais os governos estaduais fazem parte e em que as deliberações só são aprovadas por unanimidade. Nesse sentido, o projeto estabelece uma regra de transição. Enquanto os estados não definirem o novo modelo, a cobrança do ICMS sobre o diesel será congelada até o fim deste ano com base na média de preços cobrados nos últimos cinco anos.

Justiça Federal intima governo

A Justiça Federal deu prazo de 72 horas para o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) se manifeste em uma ação que contesta o aumento do preço de combustíveis.

A intimação foi feita, ontem, pela juíza Flávia de Macedo Nolasco, da 9ª Vara Federal Cível do Distrito Federal, em processo movido pelo Conselho Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas (CNTRC) para suspender o reajuste em todo o país.

Além da Advocacia-Geral da União (AGU), o presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, e a própria estatal também devem se posicionar.

A entidade diz que a política de preço do combustível não poderia ser atrelada ao valor internacional do barril de petróleo e que a opção prejudica o consumidor.

"Trata-se de pedido de cessação de atos e omissões fundadas em prática inconstitucional, ilícita, antiética e imoral, lesiva aos consumidores dos derivados básicos de petróleo em território nacional afetados pela decisão política de fixação de preços imotivadamente vinculados à paridade internacional", diz um trecho da ação.

O CNTRC pede a imediata "cessação de reajuste dos preços com base em despesas e custos não existentes e a implementação de política de preço sobre os combustíveis com critérios econômicos nacionais, a fim de garantir a efetiva defesa dos interesses nacionais e dos consumidores brasileiros".

São partes na ação, também, a Frente Parlamentar Mista do Caminhoneiro Autônomo e Celetista, o Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas de Guarulhos (Sinditac Guarulhos) e o Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas em Geral do Município de Jundiaí e Região (Sindicam).

Aumentos provocam embates de presidenciáveis

» MICHELLE PORTELA
» TAINÁ ANDRADE

Pré-candidatos ao Palácio do Planalto trocaram acusações sobre a disparada dos preços dos combustíveis e centraram fogo no presidente Jair Bolsonaro (PL) e no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O presidenciável Sergio Moro (Podemos) classificou como "inaceitável" o superaumento do valor dos combustíveis. "O governo deixou o dólar descontrolado no ano passado e, agora, no momento de uma guerra, está paralisado. Tudo falta: refinarias, fertilizantes... Não tem ninguém pensando o país a longo prazo?", questionou.

O ex-ministro também culpou os governos do PT. "A Petrobras sente o efeito devastador dos desvios na (refinaria) Abreu e Lima e no Comperj (complexo petroquímico). O custo da Abreu e Lima foi de US$ 2,3 para US$ 18,5 bilhões. Comperj: prejuízo de US$ 12,5 bilhões. Se o Brasil não tivesse sido saqueado no governo do PT, haveria mais refinarias. E combustíveis mais baratos", enfatizou.

Na quinta-feira, Moro já havia reagido a postagens de Lula sobre combustíveis. O petista escreveu: "Sabe por que a gasolina, o gás e o diesel estão caros? Porque este Brasil tinha uma grande distribuidora chamada BR, que foi privatizada e, agora, você tem empresas importando gasolina dos Estados Unidos em dólar enquanto temos auto suficiência (sic) e produzimos petróleo em reais", postou no Twitter. O ex-juiz rebateu: "Sabe por que a Petrobras ainda existe, Lula? Porque a Lava-Jato impediu que o governo do PT continuasse saqueando e desviando recursos da maior estatal do Brasil. Se não fosse o nosso trabalho, talvez a Petrobras nem existisse mais. Felizmente, mudamos o rumo dessa história".

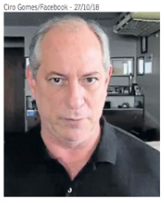
Fabio Rodrigues Pozebom/Ag.ncia Brasil

Moro culpou Bolsonaro e as gestões do PT pelos aumentos

Nelson Almeida/AFP

Lula criticou a privatização da BR Distribuidora

Ciro Gomes/Facebook - 27/10/18



Ciro: presidente da Petrobras foi indicado por Bolsonaro

"Muitas mentiras"

Felipe d'Avila, presidenciável do Novo, também rebateu as declarações de Lula e as classificou de "muitas mentiras". "Vamos à verdade: A BR Distribuidora era uma 'estatal estratégica'... para Lula e outros políticos saquearem; o Brasil importa combustíveis porque não tem capacidade para refinar tudo que é extraído por aqui, não tem nada a ver com privatização; o Brasil produz mais petróleo bruto do que consome, mas, como não consegue refinar tudo, acaba tendo de importar 30% do seu combustível; os insumos que a Petrobras usa são importados em dólar — a cadeia do petróleo é global, e é falso dizer que 'produz em reais'", listou.

Presidenciável do PDT, o ex-governador Ciro Gomes afirmou que o Brasil acordou, ontem, "assustado e indignado "com mais um aumento abusivo dos preços da gasolina, do gás e do diesel: cerca de 20% de aumento". "Há muito anos, venho denunciando essa política de preços, que cobra caro dos brasileiros e transfere todo o abusivo lucro da empresa para meia dúzia de barões", frisou, num vídeo postado nas redes sociais. "Saiba, povo brasileiro, que enquanto vocês estão tendo de cortar na carne, no pão, no leite dos seus filhos, o presidente da Petrobras, indicado por Bolsonaro, receberá, agora, um bônus de quase R$ 2 milhões. Saibam caminhoneiros, motoristas de aplicativo, taxistas, motoboys, que, enquanto vocês estão tendo de avaliar se é possível continuar rodando, trabalhando com esse preço abusivo, a Petrobras deu mais de R$ 100 bilhões em lucros para poucos acionistas. Estão roubando o povo brasileiro."

COMBUSTÍVEIS

Estados avaliam recorrer ao STF

Coordenador do Fórum de Governadores, Wellington Dias admite a possibilidade de judicializar PLP que muda cobrança do ICMS

» CRISTIANE NOBERTO

Governadores avaliam recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 11/20, aprovado pelo Congresso, que altera a forma de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis. O tributo é recolhido pelos estados. A proposta só depende da sanção do presidente Jair Bolsonaro (PL) para entrar em vigor.

Coordenador do Fórum Nacional de Governadores, o gestor do Piauí, Wellington Dias (PT), afirmou que o projeto é inconstitucional. "Já está provado que o aumento dos combustíveis não parou de novembro para cá, mesmo com o ICMS congelado. Então, nada vai mudar. Ontem (quinta-feira), houve mais um mega-aumento da gasolina e do óleo diesel, e com ICMS igual a novembro", frisou, em nota. "Por que o aumento? Não foi o ICMS e, sim, a indexação ao preço internacional. Não vamos aceitar tirar dinheiro do povo para mandar para a jogatina da especulação e lucros, como os R$ 103 bilhões da Petrobras distribuídos para aplicadores. Do povo pobre para bolso dos mais ricos."

Dias destacou que trata do assunto com o Comitê Nacional dos Secretários de Estado da Fazenda (Comsefaz) para, "talvez via STF", cobrar o "cumprimento da Constituição e evitar desequilíbrio de estados e municípios em prejuízo do povo". "Nossa tese é de que, mesmo que as propostas sejam emergenciais, o Brasil precisa voltar a investir e estimular refino para a produção de gasolina e óleo diesel e de outros produtos", disse. "Como o Brasil produz petróleo mais do que consumimos — e até exportamos —, ampliando refino no Brasil, tiramos o país da dependência de importação de gasolina e especialmente óleo diesel e, assim, poderemos ter autonomia no preço interno dos combustíveis. Nesse sentido, o Brasil andou para trás."

Na mesma linha, o governador da Paraíba, João Azevedo (PSB), ressaltou que o aumento do preço dos combustíveis é fruto de uma forma equivocada de precificar o insumo. "É preciso lembrar que o valor para o cálculo do ICMS está congelado desde outubro e, mesmo assim, o preço continua subindo. Fica claro que transferir a culpa para os estados não só não resolveu o problema como ajudou a agravá-lo", escreveu no Twitter, numa referência aos ataques de Bolsonaro, que culpa os entes federativos pelos aumentos por causa do ICMS.

O Comsefaz prepara nota técnica, a ser direcionada aos procuradores estaduais, para analisar se há forma de contestar o projeto de lei na Justiça. "O Congresso fez uma lei sem passar por nós. Agora, está sendo analisado do ponto de vista jurídico. Mas concordamos que ainda não é o momento em acionar uma reunião urgente com o Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária). Vamos aguardar um pouco mais e amadurecer até segunda", frisou o presidente do comitê, Décio Padilha. "Daqui para a frente, poderemos acionar o Ministério da Economia para convocar uma reunião nacional. O impacto financeiro é avassalador nas contas dos estados."

Diretor-institucional da entidade, André Horta ressaltou que a responsabilidade por mudanças no imposto é das assembleias legislativas. "Os estados vão questionar o STF, por meio dos procuradores, se o poder legislativo nacional, que tem competência de regrar impostos da União, pode intervir com uma regra que interfere nas receitas estaduais", afirmou.

Ed Alves/CB/D.A Press

O governador Wellington Dias: "Por que o aumento? Não foi o ICMS e, sim, a indexação ao preço internacional (do petróleo)"

Tensão entre caminhoneiros

» VICTOR CORREIA

Sindicatos dos caminhoneiros apontam tensão na categoria e insatisfação com as medidas tomadas pelo governo para tentar conter o preço dos combustíveis. Para eles, os projetos aprovados no Congresso não serão capazes de contornar o problema. Apesar disso, não preveem greve em larga escala no momento.

"Acredito que não seja só dos caminhoneiros a revolta, mas de toda a sociedade", disse o diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL), Carlos Alberto Litti Dahmer. "A solução está nas mãos do governo, que pode definir os rumos do preço, não mais se baseando na paridade internacional (do petróleo), mas na nossa produção. Nossas refinarias também não são utilizadas 100%. Isso já daria condições para que o preço caísse pela metade."

Na avaliação do assessor executivo da presidência da Confederação Nacional de Transportadores Autônomos (CNTA), Marlon Maues, os projetos que avançaram no Parlamento são medidas "paliativas e artificiais". Ele disse que a situação está parecendo com a de 2018, quando houve greve dos caminhoneiros.

Cegonheiros e transportadores de combustíveis pararam ontem. Num protesto em Feira de Santana (BA), caminhoneiros bloquearam o anel viário da cidade e causaram longos congestionamentos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Pagina:** 2 e 3

Copyright © Clipclap 2025.